

## UMA REFLEXÃO SOBRE AS VISÕES PRÁTICAS SOBRE EDUCAÇÃO

### A REFLECTION ON PRACTICAL VIEWS ON EDUCATION

### UNA REFLEXIÓN SOBRE LAS PERSPECTIVAS PRÁCTICAS DE LA EDUCACIÓN

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-090>

**Data de submissão:** 11/10/2025

**Data de publicação:** 11/11/2025

**Jorge Alexandre Bueno Aymoré**

Mestrando em Educação

Instituição: Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste)

E-mail: aledraven@yahoo.com.br

#### RESUMO

O presente artigo traçou algumas reflexões acerca do significado e amplitude das visões práticas sobre a educação. Para tanto, a partir de argumentações de Engels, Marx, Smith e dos Pioneiros, buscou-se compreender os fundamentos teóricos acerca do tema, bem como o papel atribuído à educação, e para tanto esperamos vislumbrar algumas conjecturas acerca do tema, para refletir sobre a possível praticidade destas reflexões.

**Palavras-chave:** Educação. Transformação Social. Evolução Social.

#### ABSTRACT

This article outlined some reflections on the meaning and breadth of practical views on education. To this end, based on arguments by Engels, Marx, Smith and the Pioneers, we sought to understand the theoretical foundations on the topic, as well as the role attributed to education, and to this end we hope to glimpse some conjectures about the topic, to reflect on the possible practicality of these reflections.

**Keywords:** Education. Social Transformation. Social Evolution.

#### RESUMEN

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre el significado y el alcance de las perspectivas prácticas sobre la educación. Para ello, a partir de argumentos de Engels, Marx, Smith y los pioneros, se busca comprender los fundamentos teóricos del tema, así como el papel que se le atribuye a la educación. Se espera esbozar algunas hipótesis sobre el tema, con el fin de reflexionar sobre la posible aplicabilidad práctica de estas reflexiones.

**Palabras clave:** Educación. Transformación Social. Evolución Social.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetivou traçar reflexões sobre os argumentos de pensadores acerca da importância da educação para o indivíduo e para a sociedade.

Diante da complexidade e por considerar este debate importante, para pensar a educação, buscamos apresentar as concepções de educação de alguns autores clássicos. Entre os quais destacamos Karl Marx, Friedrich Engels, Adam Smith e o trabalho em conjunto do Manifesto dos Pioneiros.

Mas gostaríamos de destacar Nogueira e Nogueira:

A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantém e se legitimam os privilégios sociais.

De imediato destaca-se que a questão em pauta tem abrangência muito além da retórica, podendo conter indicações práticas em sala de aulas, mas também, uma perspectiva de desenvolvimento do intelecto e uma Teoria da História<sup>1</sup>.

As deduções e apontamentos aqui apresentados são fruto de uma análise da literatura sobre o tema, buscando refletir numa perspectiva ampla os posicionamentos dos teóricos mencionados. Deste modo, busca-se situar o leitor no tocante ao significado dos termos utilizados em relação ao contexto histórico-social vivido por cada teórico, voltando-se principalmente para compreender as diferenças quanto às concepções de transformação social.

## 2 BASES REFERENCIAIS

Tanto Engels como Marx, não produziram exatamente textos exclusivamente que versem sobre educação. Mas sem dúvida possuem grandes colaborações no pensar em educação, sua forma de funcionalidade e objetivos almejados com esta ou para esta.

Levando-se em conta que muitos pensadores consideram a educação e instrução como uma ferramenta ou como um instrumento de transformação, a qual poderia emancipar as pessoas, dando a estas liberdade real de escolha, uma escolha consciente, pois só esse pensamento “iluminado” é que pode permitir tais decisões.

Sem dúvida, para Marx e Engels, a divisão do trabalho tema mais familiar a estes, está nesta óptica ligada à educação e instrução. Pois o conhecimento de cada casta, setor ou área, está nas mãos

---

<sup>1</sup> O termo Teoria da História é usado aqui numa perspectiva histórico-filosófica, ou seja, o que expressa um entendimento sobre as transformações sociais.

principalmente dos detentores dos meios de produção, e cabe a estes, sob sua análise distribuir, se possível a conta gotas e isoladamente, pois assim o controle se torna menos meticuloso.

É possível conjecturar que o entendimento destes pensadores, conclua que o acesso à instrução e educação, não é meramente libertadora, mas do interesse dos detentores dos meios de produção, por fatores menos nobres e muitas vezes mais práticos. Ao se evoluir o mercado, principalmente do meio agrário, para o industrial, se fez cada vez mais criar técnicas, rotinas, conhecimento especializado, para que a produção se torne cada vez mais eficaz e lucrativa. Por este motivo evoluiu. Conforme identificam Marx e Engels(2011, p.14)

“O sistema de ensino é entendido, assim, como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema, única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la. Dito de outra forma: reproduz o sistema dominante, tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo”.

A estrutura estabelecida é que traz consigo o peso do esforço pela manutenção da presente e quase perpétua singularidade, a qual não se limita a determinada disciplina, mas como esta pode ser trabalhada, apresentada ou mesmo mais ou menos trabalhada.

“Tudo isso não faz mais que nos reconduzir ao ponto inicial, porém agora com um conhecimento maior: a relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino não é uma mera proximidade, nem tampouco uma simples consequência; é uma articulação profunda que explica com toda clareza os processos educativos e manifesta os pontos em que é necessário pressionar para conseguir sua transformação, conseguindo não só a emancipação social, mas também, e de forma muito especial, a emancipação humana. (Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels Campinas, SP: Navegando, 2011 PAG 16)

Apontam Marx e Engels que a educação poderá não ser uma escada, para uma evolução social mas também humana, apontam como um transformação, qual seria o “casulo” de metamorfose, mas que não se processa naturalmente mas com forçoso esforço e dedicação. Pois não se poderia tão somente vencer uma série de obstáculos, atingir uma meta ou vencer um estágio, tratamos de um bem social o qual provavelmente nunca se finde. Logo, esta “maratona” em que pese, possa considerar vitórias pontuais, nunca terá uma linha de chegada final.

Mas, por outro lado, se essa ferramenta é tão poderosa e transformadora, em algum momento pode-se identificar seu potencial, positivo ou negativo, como ferramenta de controle e gerência de massas. Ainda pontuam, Marx e Engels(2011, p.18)

Desde o princípio viu-se que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder. O estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. Ainda que não sem tensões, o aparato escolar se convertia em um apêndice da classe dominante. As instituições tradicionais da sociedade pré-capitalista europeia, a família, o grêmio, a Igreja, entram em decadência e algumas - o grêmio - desaparecem. Ao longo da história, estas instituições haviam sido o instrumento de reprodução ideológica - além de ter outras funções que agora não vêm ao caso. Sua decadência acentuou-se pelo auge dos meios de comunicação de massas, que se converteram no marco, por excelência, da reprodução. Ora, as condições culturais das massas não eram, em princípio, muito adequadas para esse crescimento. O analfabetismo, geral no campo e muito extenso nos núcleos urbanos, tornava inviável o rápido estabelecimento de tais meios. Nestas circunstâncias, o aparato escolar apresentava vantagens óbvias e que foram imediatamente aproveitadas pela burguesia.

As entidades que de alguma forma, detinham o poder sobre as massas, se utilizaram do recurso educação, como aparato para gerenciar seus interesses, lançando seus ideais ao povo, muitas vezes como “semente da liberdade”, quando muitas vezes era apenas mais um cadeado em suas correntes.

Ao alimentar a sociedade com verdades limitadas, ou informação de seu mero interesse, cativou a categoria que possui menor acesso à educação a se satisfazer com uma parcela do conhecimento, esta parcela bem recortada conforme a necessidade. Em que Marx e Engels(2011, p.37) observam:

Para evitar a degeneração completa do povo em geral, oriunda da divisão do trabalho, recomenda A. Smith o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas. Coerente, combate contra essa ideia seu tradutor e comendador francês, G. Garnier, que, no primeiro império francês, encontrou as condições naturais para se transformar em senador. Segundo ele, a instrução popular contraria as leis da divisão do trabalho e adotá-la "seria proscriver todo o nosso sistema social". "Como todas as outras divisões do trabalho", diz ele, "a que existe entre o trabalho manual e o trabalho intelectual"15 se torna mais acentuada e mais evidente à medida que a sociedade" (refere-se naturalmente ao capital, à propriedade das terras e ao estado que é de ambos) "se torna mais rica". Como qualquer outra divisão do trabalho esta é consequência de progressos passados e causa de progressos futuros... Deve, então, o governo contrariar essa divisão e retardar sua marcha natural? Deve empregar uma parte da receita pública para confundir e misturar duas espécies de trabalho que tendem por si mesmas a se separar?"16. 15 "E a própria inteligência pode erguer-se em profissão especial nesta época de divisões de trabalho (of separations)", diz Ferguson em sua History of Civil Society, pág. 281. 16 G. Garnier, no tomo V de sua tradução, págs, 2-5.

Ora, qual órgão melhor do que o Estado para gerir esta ferramenta. Uma que a Igreja perdeu o seu poder e controle absoluto sobre o tema. Coube ao Estado assumir esta “doutrinação” das grandes massas. Não mais para vincular toda e qualquer ação ao agrado de uma divindade, mas para “em tese” permitir que o cidadão tenha escolhas e viva uma vida mais completa.

Porém o Estado, assim como a Igreja tem seus próprios interesses. Em especial agradar seus colaboradores mais especiais. Logo, se cada trabalhador, como diria Marx, recebe conhecimento para tão somente produzir mais e melhor para os detentores dos meios de produção.

Assim, percebeu-se que o quanto antes iniciar este tipo de instrução os frutos poderiam ser mais úteis. Pois tratamos de um momento histórico em que as crianças em tenra idade já laboravam, assim, pode-se instituir a educação atrelada ao trabalho. Bem como potencializar a produção com instrução técnica, melhorando o rendimento laboral, mas da mesma forma doutrinando desde cedo, mesmo que esta instrução estivesse atrelada ao trabalho. Destacam Marx e Engels(2011, p.83):

Em uma sociedade racional, qualquer criança deve ser um trabalhador produtivo a partir dos nove anos, da mesma forma que um adulto em posse de todos os seus meios, não pode escapar da lei da natureza, segundo a qual aquele que quer comer tem de trabalhar, não só com o seu cérebro, mas também com suas mãos.

Pode-se estabelecer alguns segmentos, ou divisões sobre o que se entende por educação, sendo estes todos organizados, planejados e ministrados pelo Estado. Lista Marx e Engels(2011, p.85):

Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

Ao se diferenciar as linhas de atuação da Educação, podemos vislumbrar que estas são aplicáveis a categorias diferentes, e mais comumente eficientes ao se especializarem.

Podemos ainda ver que era de entendimento dos pensadores que a premissa de instrução, de educação para as massas, torna-se interessante não na modalidade intelectual, mas sim na modalidade ou subdivisão tecnológica, para o aperfeiçoamento da mão de obra, e não uma ferramenta de evolução humana e social. Conforme aponta Marx e Engels(2011, p.114):

O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível.

Ora, já considerando a visão prática de Marx e Engels, sempre voltada para o controle da mão de obra e sua exploração, não resta dúvida que estes identificaram pontos cruciais em que a educação ao invés de se tornar ferramenta libertadora, se formar um aperfeiçoamento do controle das massas, em especial daquele que poderia se tornar mão de obra.

Com análises tão importantes quanto as de Marx e Engels, Adam Smith, pondera sobre a viabilidade da educação.

Pontua que a carreira, por vezes, se torna desanimadora, muitas vezes por conta do descaso e desinteresse social, fazendo com que os docentes abandonem suas carreiras. Bem destacado por Smith (1996, p.229):

Se a autoridade à qual o professor está sujeito reside na corporação, no colégio ou na universidade de que ele próprio é membro, e em que a maioria dos demais membros, pessoas como ele, que são ou deveriam ser professores, provavelmente farão causa comum: serão muito indulgentes entre si, cada um consentindo em que seu vizinho possa negligenciar seu dever, desde que a ele próprio também seja permitido negligenciar o seu. Na Universidade de Oxford, a maioria dos professores oficiais, durante os últimos anos, abandonou totalmente até mesmo a pretensão de lecionar.

Pondera ainda acerca do peso de alguns cursos, os quais acredita que seus diplomas teriam um peso maior na vida profissional dos discentes. Mas observa que muitos cursos, menos elitizados, poderiam contribuir da mesma forma para a sociedade. Apontando Smith (1996, p.230):

Tudo aquilo que força determinado número de estudantes a freqüentarem algum colégio ou universidade, independentemente do mérito ou da reputação dos professores, tende, em menor ou maior grau, a tornar mais dispensável esse mérito ou reputação. Os privilégios dos diplomados em ofícios, em Direito, em Medicina e em Teologia, quando estes diplomas só podem ser obtidos residindo um certo número de anos em determinadas universidades, necessariamente forçam alguns estudantes a cursar tais universidades, independentemente do mérito ou reputação dos professores. Os privilégios dos diplomados constituem uma espécie de estatutos de aprendizagem, cuja contribuição para a melhoria da educação é exatamente a mesma que a dos demais estatutos de aprendizagem para o aprimoramento dos ofícios e manufaturas.

É possível que a titulação, muitas vezes desejo maior do estudante, possa não efetivamente transformá-lo em um bom profissional e um cidadão útil para o mercado de trabalho.

Desta forma, nem sempre vários anos de dedicação em centros renomados de estudo podem ser efetivos para melhorar o cidadão bem como a sociedade. Conforme destaca Smith (1996, p.243):

Seria lícito então perguntar: não deverá o Estado dispensar nenhuma atenção à educação das pessoas? Ou, se alguma atenção deve dispensar, quais são as matérias que deve reconhecer, nas diversas categorias da população? E de que maneira as deverá reconhecer?

Ao reconhecer a importância da educação, e o Estado o principal gerenciador da sociedade, cabe sem dúvida a este, organizar, gerir, administrar ou a menos supervisionar. Sendo necessário validar o que deve ser considerado útil, necessário e o que pode ser considerado supérfluo ou pouco usual.

Inclusive com a evolução da divisão do trabalho, verifica-se que as especialidades, proficiências, tornam-se cada vez mais notáveis, carecendo desta forma cada vez mais de informações,

estudos, conhecimento sobre estas. Logo, exigindo que a educação se torne mais profunda em cada área. Claro que o conhecimento absolutamente pontual, acaba alienando o cidadão, ou trabalhador, se faz necessário uma visão global de todas as áreas, mas o conhecimento cada vez mais aprofundado.

Com a concepção que na juventude o cidadão deve buscar conhecimento para estar preparado para a vida, pois teria mais tempo e disposição, sem outros afazeres. Assim, por anos, muito investimento e uma grande estrutura e inúmeros professores, percorrem esse caminho. Mas sendo possível identificar uma diferença. Enquanto jovens de origem mais nobre e de famílias abastadas, podem muitas vezes se perderem em reflexos, festas, e não comprometimento com a busca do conhecimento, os seus colegas de origem mais humilde, buscam a todo custo utilizar seus conhecimentos para ganhar espaço e valores para melhorar sua situação. E destaca Smith (1996, p.246):

Embora, porém, as pessoas comuns não possam, em uma sociedade civilizada, ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição e fortuna, podem aprender as matérias mais essenciais da educação — ler, escrever e calcular — em idade tão jovem, que a maior parte, mesmo daqueles que precisam ser formados para as ocupações mais humildes, têm tempo para aprendê-las antes de empregar-se em tais ocupações. Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação.

Talvez tão somente visando habilitar a mão de obra, das grandes massas, verifica Smith que ao menos o conhecimento fundamental deve o Estado garantir. Pois essencial se torna para o dia a dia do trabalhador. Aponta Smith (1996, p.246):

O Estado pode impor à quase totalidade da população a obrigatoriedade de adquirir tais elementos mais essenciais da educação, obrigando cada um a submeter-se a um exame ou período de experiência em relação aos mesmos, antes que ele possa obter a liberdade em qualquer corporação ou poder exercer qualquer atividade, seja em uma aldeia, seja em uma cidade corporativa.

Com sua supremacia e controle, ao impor a sua população a obrigação aos estudos, mesmo que sejam estes os básicos, seria como a mãe que obriga um filho a tomar um remédio. Forçoso mais útil, como observa Smith (1996, p.249):

Ainda que o Estado não aufera nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam totalmente sem instrução. Acontece, porém, que o Estado aufera certa considerável vantagem da instrução do povo. Quanto mais instruído ele for, menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso. As pessoas se sentem, cada qual individualmente, mais respeitáveis e com maior possibilidade de ser respeitadas pelos seus legítimos superiores e, consequentemente,

mais propensas a respeitar seus superiores. Tais pessoas estão mais inclinadas a questionar e mais aptas a discernir quanto às denúncias suspeitas de facção e de sedição, pelo que são menos suscetíveis de ser induzidas a qualquer oposição leviana e desnecessária às medidas do Governo. Nos países livres, onde a segurança do Governo depende muitíssimo do julgamento favorável que o povo pode emitir sobre a conduta daquele, sem dúvida deve ser sumamente importante que este não esteja propenso a emitir julgamentos precipitados ou arbitrários sobre o Governo.

Ao estabelecer a educação como uma prioridade aos seus cidadãos, o Estado cria uma base de seres com maior potencial de crescimento. As possibilidades de crescimento e de evolução se iniciam em um degrau superior. Não somente para o mercado de trabalho, mas na sociedade, nas interações e todas as demais relações humanas. Por fim, as pessoas se tornam melhores ao ter maior acesso à educação.

Ainda cumpre destacarmos algumas reflexões apontadas no Manifesto do Pioneiros, o qual destaca a urgência, importância e gravidade do tema. Que uma nação, e a brasileira em especial, necessita de atenção especial, pois é essencial para vislumbrar crescimento da nação que seus membros progridem, a muito que o conhecimento, educação estão intrinsecamente ligados ao progresso. Esclarece ainda Azevedo(1959, p.01)

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e freqüentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes

Todas as demais áreas do Estado, infraestrutura, economia, indústria, comércio, poderão ser aprimoradas se a educação, básica, intermediária e superior for fomentada a todos. Mas para tanto, apenas a disposição de um determinado grupo, não será resolutivo.

Pois, para que almeja qualquer sucesso neste contexto, se faz necessário que vários setores, em diversas camadas se mobilizem, acordem para um sistema de ensino, não só básico e meramente visando aprimoramento profissional, mas buscando um esclarecimento e crescimento do cidadão. Reflete sobre o tema Azevedo(1959, p.02)

Não foram ataques injustos que abalaram o prestígio das instituições antigas; foram essas instituições criações artificiais ou deformadas pelo egoísmo e pela rotina, a que serviram de abrigo, que tornaram inevitáveis os ataques contra elas.

O conceito ou a essência da educação necessita de estar no dia-a-dia, no cotidiano das pessoas, para que se torne agradável e se eleve em importância. Muitos que desde a tenra idade estão acostumados a frequentar igrejas ou ter rotinas religiosas, sente a falta ao não praticar. A educação necessita da mesma forma, tornar-se algo essencial, vital para cada cidadão.

Assim, em cada momento histórico, alguns temas foram levados em maior relevância, enquanto outros deixados de lado. Mas independente desta balança, a essência de tudo isso é que se torna de importância fundamental para o indivíduo e para a sociedade. E aponta Azevedo(1959, p.06):

A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do comunismo familiar e dos grupos específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado. Esta restrição progressiva das atribuições da família, - que também deixou de ser "um centro de produção" para ser apenas um "centro de consumo", em face da nova concorrência dos grupos profissionais, nascidos precisamente em vista da proteção de interesses especializados", - fazendo-a perder constantemente em extensão, não lhe tirou a "função específica", dentro do "foco interior", embora cada vez mais estreito, em que ela se confinou. Ela é ainda o "quadro natural que sustenta socialmente o indivíduo, como o meio moral em que se disciplinam as tendências, onde nascem, começam a desenvolver-se e continuam a entreter-se as suas aspirações para o ideal". Por isto, o Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais - a família e a escola, que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e às vezes opostas.

Necessário se faz, trazer o entendimento de que se os demais segmentos da sociedade se alinharem com a educação será possível avançar nesta discussão. Logo, principalmente dentro de um Estado, esta educação deve ser única. Ou melhor, sua possível estrutura deve ser una, para alcançar a todos com similar eficiência.

Não segmentando entendimentos, rotinas, sistemas, no projeto de ensino, este pode oferecer maior robustez. Oferecendo assim a todos igual prestação. Conforme Azevedo(1959, p.06) aponta:

De fato, se a educação se propõe, antes de tudo, a desenvolver ao máximo a capacidade vital do ser humano, deve ser considerada "uma só" a função educacional, cujos diferentes graus estão destinados a servir às diferentes fases de seu crescimento, "que são partes orgânicas de um todo que biologicamente deve ser levado à sua completa formação". Nenhum outro princípio poderia oferecer ao panorama das instituições escolares perspectivas mais largas, mais salutares e mais fecundas em consequências do que esse que decorre logicamente da finalidade biológica da educação. A seleção dos alunos nas suas aptidões naturais, a supressão de instituições criadoras de diferenças sobre base econômica, a incorporação dos estudos do magistério à universidade, a equiparação de mestres e professores em remuneração e trabalho, a correlação e a continuidade do ensino em todos os seus graus e a reação contra tudo que lhe

quebra a coerência interna e a unidade vital, constituem o programa de uma política educacional, fundada sobre a aplicação do princípio unificador que modifica profundamente a estrutura íntima e a organização dos elementos constitutivos do ensino e dos sistemas escolares.

Desta forma se torna difícil vislumbrar esta empreitada como não se torne uma missão, uma batalha, uma luta, pois ao considerar o tamanho desta empreitada, a quantidade de indivíduos, órgãos, entidades a serem envolvidos, para buscar hesito nas atribuições.

Não só de atividade física, mas mentais e sociais. O comprometimento se deve no âmbito mais elevado possível. Azevedo(1959, p.14) traz o seguinte:

Nós temos uma missão a cumprir: insensíveis à indiferença e à hostilidade, em luta aberta contra preconceitos e prevenções enraizadas, caminharemos progressivamente para o termo de nossa tarefa, sem abandonarmos o terreno das realidades, mas sem perdemos de vista os nossos ideais de reconstrução do Brasil, na base de uma educação inteiramente nova. A hora crítica e decisiva que vivemos, não nos permite hesitar um momento diante da tremenda tarefa que nos impõe a consciência, cada vez mais viva da necessidade de nos preparamos para enfrentarmos com o evangelho da nova geração, a complexidade trágica dos problemas postos pelas sociedades modernas. "Não devemos submeter o nosso espírito. Devemos, antes de tudo proporcionar-nos um espírito firme e seguro; chegar a ser sérios em todas as coisas, e não continuar a viver frivolamente e como envoltos em bruma; devemos formar-nos princípios fixos e inabaláveis que sirvam para regular, de um modo firme, todos os nossos pensamentos e todas as nossas ações; vida e pensamento devem ser em nós outros de uma só peça e formar um todo penetrante e sólido. Devemos, em uma palavra, adquirir um caráter, e refletir, pelo movimento de nossas próprias idéias, sobre os grandes acontecimentos de nossos dias, sua relação conosco e o que podemos esperar deles. É preciso formar uma opinião clara e penetrante e responder a esses problemas sim ou não de um modo decidido e inabalável".

Sob o aspecto técnico, a educação sendo efetivamente aplicada, de maneira horizontal, com acesso a todos, tem o potencial de ser transformadora, revolucionária e ao se deparar com estas mudanças, será surpreendente a comparação do antes do depois.

Entretanto, no que pese a abrangência de transformação presente em cada uma dessas perspectivas, nas conversas sociais, conforme já afirmado, a ideia de uma educação transformadora é repetida diversas vezes e por diferentes setores sociais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, verificou-se que a ideia de educação e atividades efetivas pela sua concepção prática, possui diversos aspectos e abrangência considerável. Bem como alguns aspectos importantes que devem ser considerados ao analisar o tema. O próprio conceito de educação deve ser analisado com cuidado, com a finalidade de estipular que tipo e modalidade se pretende estabelecer, pois sob óticas diferentes a formação desta idéia pode oferecer amplitudes e até formações diversas.

Assim como a educação, a sua aplicabilidade não pode ser classificada como um método ou uma prática apenas, uma vez que sua abrangência se inicia no ensino do lar e deveria acompanhar o indivíduo por toda a vida.

Pode-se concluir que os autores citados, apesar de existirem algumas divergências sobre como deveria ocorrer esta aplicação da educação, todos concordam que a educação é a ação transformadora. Transformar para uma evolução ou revolução, interna e externa, modificar o pensar, ensinar a pensar, despertar esse instinto no indivíduo, pois nenhum mestre poderá transformar o aluno por si só, mas apenas mostrar o caminho que deve seguir para chegar a esta transformação.

Desta forma, depreende-se que a educação tem potencial de transformar de várias maneiras, tanto para o bem quanto para o mal. Pode ser direcionada a um bem maior ou somente para atender interesses escusos. Tem como maestro o professor, que com inúmeros desafios pode fazer a diferença na vida do indivíduo e instigá-lo a se transformar. Mesmo permeada de desafios a serem vencidos e longe da visão idealista, a educação ainda é o melhor caminho a ser seguido.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959).** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, v. 122, 2010.
- Textos sobre **Educação e Ensino** / Karl Marx e Friedrich Engels Campinas, SP: Navegando, 2011.
- DEWEY, John. **Como Pensamos:** Como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- NOGUEIRA, Cláudio Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. Revista Educação e Sociedade, Ano XXIII, nº 78, Abril/2002.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção “Os economistas”, 1983 [1776].
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.